

Democratas na Presidência: qual a política externa inicial?

Democrats in the Presidency: what is the initial foreign policy?

VIRGÍLIO ARRAES*

Meridiano 47 n. 102, jan. 2009 [p. 3 a 4]

A campanha presidencial de 2008 assistiu a uma mobilização maciça de eleitores descontentes com o governo de George Bush, em sua segunda fase. Por meio da internet, o eleitorado jovem clamou por mudança e auxiliou a movimentação em favor da ascensão do Partido Democrata. Tardamente, os republicanos perceberam o valor desta nova forma de persuasão política: o boca à boca eletrônico.

Entre os pré-candidatos democratas, Barack Obama foi considerado como o mais descomprometido com a estrutura tradicional de poder – ao opor-se desde o início à Segunda Guerra do Golfo, quando ainda ocupava uma cadeira no senado estadual de Illinois – em oposição a Hillary Clinton, observada como a continuidade possível do mandato de Bill Clinton.

Assim, há a expectativa da maioria da sociedade norte-americana de que a esperança centrada no novo presidente não se dissipará pelo menos de imediato. Nesse sentido, um dos pontos mais aguardados é a mudança da orientação na política externa, conectada negativamente com o Oriente Médio e cercanias, ao de forma deliberada ter optado pela via militar.

A despeito da confirmação de nomes da gestão Bush, há uma possibilidade de que o Departamento de Estado, sob a liderança de Hillary Clinton, decida subscrever a redução do teor militar de sua política. Embora o lobby ligado ao setor bélico-industrial seja bastante presente, há condições políticas para executar uma nova orientação.

Como consequência, com o fito de aproximar-se mais dos desígnios da sociedade internacional e, por conseguinte, resgatar o necessário posicionamento multilateral – especialmente nas Nações Unidas – os Estados Unidos deveriam manter o compromisso de

retirada, ainda que gradual, dos efetivos no Iraque e de retomada do diálogo com o Irã.

Conquanto de maneira desolada, o governo Bush reconheceu a necessidade de firmar um cronograma de retirada das tropas com o prazo contemplado de três anos. Ademais, prevê-se a transferência gradual operações militares para a responsabilidade do próprio Iraque e proíbe-se a utilização tanto do território como do espaço aéreo do país para a realização de ataques na região.

Relativamente ao Irã, o país é peça-chave no processo de pacificação do vizinho Iraque por ter vínculos estreitos com a maioria religiosa de lá, os xiitas. Além do mais, Teerã nutre interesse pela estabilização de outro país fronteiriço: Afeganistão. Desta forma, Washington e Teerã compartilham interesses regionais comuns e, tendo por base isso, a Casa Branca poderia solucionar outra questão: a nuclearização iraniana.

Tendo assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear, o Irã está autorizado a enriquecer urânio, desde que direcionado para o emprego civil. Não parece crível que o país aceitasse encerrar o seu programa desenvolvido à custa de muito investimento.

Uma saída poderia ser o resgate da antiga proposta de Thomas Pickering, número três do Departamento de Estado no segundo mandato de Clinton: a formação de um consórcio internacional – onde França e Alemanha poderiam contribuir bem – para o enriquecimento. No passado, a diplomacia iraniana não se mostrou hostil a tal sugestão.

Como complemento, a Agência Internacional de Energia Atômica poderia supervisionar os procedimentos. Com a progressiva ampliação dos canais diplomáticos no eixo Bagdá-Teerã, o

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

Departamento de Estado poderia centrar a atenção para o encaminhamento de uma alternativa finalmente viável no conflito israelo-palestino e para o enfrentamento de modo mais eficiente com vistas ao terrorismo, notadamente na fronteira do Paquistão e do Afeganistão.

A primeira opção é reforçar a presença militar em solo afegão. Todavia, o efeito poderá ser contraproducente à medida que estimulará ainda mais o recrutamento de voluntários para agregarem-se a grupos extremistas, como a Al-Qaida, sob a justificativa de defesa da pátria e da religião – sete anos intermitentes de guerra atestam a imprestabilidade da ação militar naquele país. Programas de cooperação técnica e econômica poderão ter resultados mais robustos, ao menos no médio prazo.

Contudo, o governo Obama sinaliza ampliar o número de militares lá: de 33 mil para 53 mil que se somariam aos 27 mil da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Assim, sustenta a mesma visão de seu antecessor: a questão afegã é puramente militar e será resolvida com um comando melhor.

No dia-a-dia, as forças armadas ocidentais – sem opositores tradicionais, ou seja, um exército regular de um governo a ser derrubado ou um território a ser

conquistado – atuam como polícia, sendo incapazes de manter, de modo duradouro, a ordem social. Assim, no atual compasso, os republicanos poderão, em breve, lançar críticas de improficiência à política externa democrata, de teor ironicamente similar às por eles recebidas até 2008.

Recebido em 26/01/2009

Aprovado em 31/01/2009

Palavras chaves: Estados Unidos, presidência imperial, Oriente Médio

Key words: United States, imperial presidency, Middle East

Resumo: o artigo trata da política externa do Presidente Barack Obama na Ásia. Desta forma, aborda se ela representará uma mudança ou continuidade com relação ao governo anterior.

Abstract: the article discusses the foreign policy adopted by President Barack Obama in Asia. It intends to analyze if this policy will represent change or continuity in relation to the previous government.

